

A sombra da recessão

Luiz Inácio Lula da Silva



SERÁ QUE O PREÇO DA ESTABILIDADE
É INEVITAVELMENTE A RECESSÃO
E O SOFRIMENTO DE MILHÕES
DE TRABALHADORES?

Os atos contra a recessão e desemprego que estão proliferando por toda parte são um sinal de alerta com os rumos que as coisas estão tomando no Brasil. O governo está demonstrando a perceber que não basta ter uma moeda estável para resolver os problemas do País. É preciso também se preocupar com as demissões em massa, com a falência da agricultura, com a situação dos exportadores, com a concorrência desleal de certas mercadorias importadas e outras mazelas provenientes da estratégia econômica que o governo resolveu adotar.

Embriagado com o sucesso inicial do Plano Real, o governo sentou em cima dos louros de uma inflação baixa, que é, sem sombra de dúvidas, muito reconfortante para todos. Mas tem esquecido de cuidar dos efeitos colaterais do plano, que estão impondo um alto custo para a população brasileira. Para manter a estabilidade da moeda, o governo deu um grande aperto no crédito, que quebrou muitas empresas e recolocou nas ruas o fantasma da recessão e do desemprego. O nível de emprego da economia brasileira já voltou ao patamar anterior ao Real, e as empresas continuam fazendo planos de novas demissões. Será que o preço da estabilidade é inevitavelmente a recessão e o sofrimento de milhões de trabalhadores? Será que teremos de deixar 18,5% da população economicamente ativa fora do mercado de trabalho, como fez a Argentina, para garantir a estabilidade? Ou há outras saídas menos traumáticas, que não comprometam o nível de vida da população? Eu estou convencido de que é possível compatibilizar uma inflação baixa com uma economia saudável, que cresça num ritmo razoável e ofereça trabalho à maioria

das famílias brasileiras.

Mas não com uma taxa de juros escorchantes, que quebra os agricultores e todos que querem produzir honestamente, tomando dinheiro emprestado. Muito menos com uma taxa cambial artificial, que encarece os calçados e outras mercadorias brasileiras que vão tentar a sorte no Exterior. E menos ainda com uma dívida interna crescente, que obriga o governo a pagar uma imensa conta de juros, ou, como dizem os economistas, um grande serviço da dívida. Eis aí os grandes problemas que comprometem o crescimento da economia brasileira. Uma taxa cambial supervalorizada, combinada com uma política de juros altos, que leva à redução dos investimentos e ao desequilíbrio do Orçamento Fiscal. As taxas de juros elevadas produziram não só a redução das atividades mas conduziram ao crescimento exponencial da dívida interna, que hoje chega a R\$ 97 bilhões,

50% maior do que no início do ano. Por conta dessa dívida interna, o governo vai pagar em 1995 mais de R\$ 20 bilhões de juros, que representam cerca de 20% de toda a receita fiscal da União, e superam de longe todos os gastos orçamentários na área social.

Para sair desse círculo vicioso dos juros altos, com dívida interna crescente e desequilíbrios fiscais, o governo deveria modificar a política cambial, reduzir as taxas de juros e fazer uma reforma fiscal para valer, de modo a reordenar as finanças públicas. A desvalorização cambial possibilitaria estimular as exportações e manter a balança comercial mais equilibrada, eliminando o perigo de descontrole externo. Assim não seria necessário depender de capitais especulativos que ficam engordando a dívida interna. Viriam para o País apenas os capitais estrangeiros interessados em investimentos de longo prazo. Por outro lado,

JORNAL DA TARDE

uma reforma fiscal em regra melhoraria a arrecadação federal, distribuiria melhor a carga, eliminaria excessos de tributação, e resultaria num sistema fiscal sem focos inflacionários e com muito mais disponibilidade para os gastos na área social. A simples redução do serviço da dívida já seria um grande alento para equilibrar as contas do governo. Seria uma aposta na estabilidade com expansão e não na estabilidade com recessão, conforme o modelo em vigor.

Entretanto, parece que o governo não está muito empenhado numa reforma fiscal para valer. Pois apresentou ao Congresso uma proposta tímida e atrasada, que objetiva, sobretudo, fechar os buracos orçamentários, centralizar as finanças nas mãos do governo federal e manter em vigor as linhas mestras do sistema fiscal atual. Não se justifica prolongar por mais tempo a existência de um regime fiscal que é ineficiente porque arrecada mal, que é socialmente injusto porque cobra mais de quem não tem e menos de quem tem, e ainda por cima não contribui para o equilíbrio das contas públicas. A proposta do governo é atrasada porque insiste em tributar mais o trabalho e o consumo do que o capital, ao contrário do que faz a maioria dos países avançados. Esta semana nós do Partido dos Trabalhadores vamos apresentar para discussão uma proposta de reforma fiscal que permite vislumbrar um outro caminho para a sociedade brasileira.

O AUTOR

Luiz Inácio Lula da Silva é ex-presidente do PT e membro do seu diretório nacional

